

RESUMOS COMUNICAÇÕES

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Contabilidade Pública e Indústria 4.0

20 e 21 MAIO 2021



isca
universidade
de aveiro



25
anos
de
profissão

FICHA TÉCNICA

Título

Resumos das comunicações do III Congresso Internacional de Contabilidade e Pública
Contabilidade Pública e Indústria 4.0

Capa e Paginação

Departamento de Comunicação e Imagem da OCC

ISBN: 978-989-33-1869-0

APRESENTAÇÃO

Falar a uma só voz com os estabelecimentos de ensino, os centros onde se produz o saber e apoiar os investigadores que dão o melhor do seu esforço, bem como promover um espaço comum de debate e partilha entre académicos e contabilistas certificados. São estes, em linhas gerais, os objetivos do III Congresso Internacional de Contabilidade Pública (CICP), que uma vez mais, apesar das limitações causadas pela pandemia de COVID-19, foram alcançados com o maior dos sucessos.

Contando com a presença de centenas de profissionais, académicos, investigadores, alunos e demais interessados, o III CICP, organizado em parceria com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA-UA), dedicou-se ao tema “Contabilidade Pública e Indústria 4.0” e teve a honra de contar com a submissão dos mais interessantes trabalhos de investigação científica.

Contando com pontos de vista diversificados, o III CICP capacitou os participantes e assumiu-se uma vez mais, como o principal ponto de reflexão e debate da contabilidade pública em Portugal, colaborando ativamente para a implementação prática e desenvolvimento científico de um normativo contabilístico com tanto impacto na gestão e controlo dos recursos públicos.

No presente documento, os leitores podem encontrar resumos dos trabalhos submetidos ao III CICP, permitindo a todo o tempo, o estudo e análise dos mesmos. Espera-se assim contribuir para uma capacitação profissional e académica contínua, tão importante na área da contabilidade pública.

Cumprimentos cordiais e votos de bom trabalho,

Paula Franco

Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

[Esta página foi deixada em branco propositadamente]

EDITORIAL

Desde a sua primeira edição que o Congresso Internacional de Contabilidade Pública tem sido uma organização conjunta com a Ordem dos Contabilistas Certificados. A sua primeira edição ocorreu nos dias 12 e 13 de maio de 2016, na Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal e teve como tema “O SNC na Administração Pública - O desafio da mudança”. A sua segunda edição foi organizada em conjunto com o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e com o Comité de Integración Latino Europa-América que ocorreu nos dias 14 e 15 de março de 2019, em Lisboa, tendo como tema «Reforma da Gestão Financeira Pública – desafios para a investigação e a prática. O III Congresso Internacional de Contabilidade Pública, que se realiza nos dias 20 e 21 de maio de 2021, é uma organização conjunta com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA-UA) sob o tema “Contabilidade Pública e Indústria 4.0”.

A Pandemia obrigou-nos a repensar a forma de fazer acontecer os congressos, mas não nos diminuiu a vontade de partilhar o conhecimento e as experiências, por estas razões, o III Congresso Internacional de Contabilidade Pública decorrerá a distância com a convicção de que constituirá um palco para um debate ativo e profícuo.

Os temas que nortearam estas três edições do Congresso Internacional de Contabilidade Pública são demonstrativos de que os desafios que se colocam às instituições públicas, aos profissionais de contabilidade e à academia têm crescido fortemente. Nas últimas duas décadas intensificou-se a necessidade de harmonização contabilística para o setor público, tendo-se iniciado um claro processo na direção da adoção das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) a par com a introdução de mecanismos de monitorização dada a necessidade de maior accountability dos gestores e das instituições públicas.

Em simultâneo, o avanço das tecnologias leva-nos à chamada “Era Digital” e à responsabilidade de saber lidar com a transformação digital que ocorrerá na Contabilidade Pública e na profissão, tornando clara a necessidade de estimular a investigação, com vista ao desenho das melhores soluções. Neste contexto, o III Congresso Internacional de Contabilidade Pública tem, portanto, como grande objetivo criar um fórum para que as comunidades académica e profissional possam discutir, partilhar e difun-

dir o conhecimento sobre a área específica da Contabilidade Pública, constituindo-se como um instrumento que permita dar visibilidade aos desafios que se lhe colocam nos próximos anos.

Foram submetidas 75 comunicações e 3 projetos de investigação de estudantes de Doutoramento. Das comunicações submetidas, 38 foram aceites pela Comissão Científica, para serem apresentados no congresso e os 3 projetos de investigação foram aceites para o Colóquio Doutoral.

A projeção internacional do evento é refletida pelo facto de a comissão científica ter Professores e investigadores de 9 países (Brasil, Espanha, Estados Unidos, Itália, Malta, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia) e as comunicações recebidos serem de autores oriundos de 6 países (Alemanha, Brasil, Chipre, Dinamarca, Espanha e Portugal).

O presente livro, é um registo dos resumos das comunicações aceites, que auxiliará o participante a decidir a que apresentações tem maior interesse em assistir, mas, também, um registo para memória futura, dos interessantes temas abordados durante o Congresso.

Ficamos a aguardar, com elevada expectativa a apresentação, discussão e conclusões do III Congresso Internacional de Contabilidade Pública, convictos de que sairão muitas as contribuições para a profissão, para o ensino e para a investigação nesta área do saber.

Quero deixar uma palavra de agradecimento a todos quantos tornaram possível este evento. Bem hajam!

Augusta Ferreira

Presidente da Comissão Organizadora

ÍNDICE GERAL

Apresentação.....	3
Editorial	5
Índice geral.....	7
Áreas temáticas.....	7
Índice resumos das comunicações por tema	9
Resumos das comunicações.....	13
Comissão organizadora.....	51
Comissão científica.....	51

ÁREAS TEMÁTICAS

- A. Harmonização contabilística
- B. Orçamento e gestão financeira pública
- C. Relato integrado
- D. Relato para os cidadãos
- E. Transparência e accountability
- F. Sistemas de informação contabilísticos
- G. Inovações na contabilidade pública
- H. E-Government, E-Participation e TIC
- I. Robótica e inteligência artificial
- J. Fraude e contabilidade forense
- K. Contabilidade e controlo de gestão
- L. Auditoria

[Esta página foi deixada em branco propositadamente]

ÍNDICE

A Harmonização contabilística		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
Regime de Competência no Setor Público Brasileiro à Luz da Teoria Institucional: Reflexões sobre a Informação Contábil e os Desafios	Marcelle Santana; Rui Robalo; Ana Rita Matos	34
Sustentabilidade financeira e adoção das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS): uma análise internacional	Samuel Salgado; Susana Jorge; Pedro Cerqueira	33
A Necessidade de IPSAS Simplificadas para Governos de Pequeno Porte	Diana Lima; Raquel Lima; Cláudia Cruz	37
International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) e a Teoria Institucional: Um Estudo Bibliométrico	Sérgio Fernandes	41
Os Ativos Biológicos: Reflexão Exploratória	Maria da Conceição Aleixo; Maria Teresa Godinho; Susana Silva	49
Public sector accounting education: A structured literature review	Sotirios Karatzimas; Jens Heiling; Caroline Aggestam-Pontoppidan	52
B Orçamento e gestão financeira pública		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
Governança Pública em Organizações Federais Brasileiras: Uma comparação sobre os mecanismos e práticas de governança propostos pelo Tribunal de Contas da União	Luiz C.C. Moureau-Linhares; Fernanda F. Sauerbronn	30
Influência da Competência Tributária e da Capacidade de Arrecadação na Qualidade de Vida da População de Santa Catarina	Bruna Dambroski Trombetta; Flavia Cristina Lunardi; Gilvane Scheren; Ieda Margarete Oro	32
Gastos Orçamentários do Estado de Mato Grosso do Sul (1979-2019): uma abordagem sob a Ótica da Teoria do Equilíbrio Pontuado	Cristiano Sausen Soares; Juliano Luiz Campos de Arruda; Edicreia Andrade dos Santos	38
Effectiveness of Expenditure in Brazilian States: An Analysis of Its Determinants	Marcos Paulo Laranja Ribeiro; Marcelo Alvaro da Silva Macedo; Cláudia Ferreira da Cruz	40
Análise Bibliométrica Sobre o Uso da Informação dos Relatos do Setor Público Pelos Políticos	Sónia P. Nogueira; Willian Batista de Oliveira; Susana Jorge	44
LRF de “Salvadora” a “Questionada”: Regulação contábil em municípios do estado da Bahia no Brasil, a partir de evidências contábeis das despesas de pessoal entre os anos de 2015 e 2018	Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva; Ilka Gislayne de Melo Souza; Ávia Cairo de Meneses	48
C Relato integrado		
Título da Comunicação	Autores	Pág.
O Relato Integrado no Setor Público Brasileiro	Sara C. Castro; Abimael J.B. Costa	19
Sustentabilidade no Ensino Superior nas áreas da Contabilidade e Gestão - uma revisão sistemática da literatura	Jucelia Frizon; Teresa Eugénio	21

Revisão Sistemática da Literatura sobre Relato Integrado no Setor Público: uma abordagem preliminar	Fabiano Ribeiro; Augusta Ferreira; Verónica Ribeiro	28
Análise dos Itens que Compõem o Relato Integrado: Universidades Federais do Estado Do Pará – 2018	Diogo Dantas; Petrus Oliveira; Fernanda Silva; Lílian Silva; Zildeny Silva	46

D | Relato para os cidadãos

Título da Comunicação	Autores	Pág.
Caminhos para a Introdução de Relatórios Financeiros Populares nos Conselhos Municipais de Saúde do Brasil	Lucas Silva; Diana Lima; Rafiza Carvalho	20
A Prestação de Contas nas Entidades Públicas: A singularidade do Cidadão com Necessidades Especiais	Rute Abreu; Liliane Segura	43
A teoria da sinalização e a contabilidade das entidades públicas - Uma análise bibliométrica	Sónia Barbosa	47

E | Transparência e accountability

Título da Comunicação	Autores	Pág.
Determinantes da Opinião Modificada da Auditoria nos Municípios Portugueses de Média Dimensão (2016-2018)	Paula Gomes dos Santos; Carla Martinho; Raquel Lopes	15
Criação de Valor, Tributação de Rendimentos Empresariais e Evasão Fiscal – Uma Visão Geral	Sandra Capitão; Cândido Peres; Catarina Carvalho	18
Observatório Covid-Prev: Contribuição Para a Transparência e Accountability na Gestão Pública em Tempos De Pandemia	Diana Lima; Marcelo Wilbert	22
Transparência dos Gastos Tributários dos Entes Estaduais Brasileiros: quais avanços necessários?	Roberto Biava Júnior; Patrícia Siqueira Varela; Celia Maria Da Silva Carvalho	24
Transparência Pública Municipal: Um Estudo na Região do Vale do São Francisco no Sertão Pernambucano	Anderlânia Batista dos Santos; Josaias Santana dos Santos; João Eudes de Souza Calado	25
A perceção de accountability dos Presidentes de Câmara e dos Chefes de Divisão do Departamento Financeiro dos municípios portugueses	Maria Cristina Ribeiro da Silva Couto; Augusta da Conceição Santos Ferreira	26
Accountability no Sector Público num Ambiente Online: Estado da Arte e Oportunidades de Investigação	Miguel Lira; Veronika S. Neves	35
Configuração dos Cargos e a Rotatividade dos Contabilistas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) Brasileiras Durante o Período de 2016 até 2020	Marcos Roberto dos Santos; Neusa Sawczuk von Eggert; Simone Bernardes Voese; Luiz Panhoca	45

F. Sistemas de informação contabilísticos

Título da Comunicação	Autores	Pág.
As Competências Técnicas nos Profissionais de Contabilidade	Ana Covas; Carlos Quelhas Martins; José Silva Ribeiro; Vasco Salazar Soares	13
Fatores que Influenciam a Adoção de Sistema de Informação de Custo em uma Instituição de Ensino Superior Pública: Um Estudo sob a Ótica da Teoria do Comportamento Planejado	Flávio Luiz Lara	31

Divulgação da Informação Financeira: uma Análise Comparativa entre POCP e SNC-AP	Paula Vaz; Susana Jorge; Pedro Cerqueira	36
--	--	----

H. E-Government, E-Participation e TIC

Título da Comunicação	Autores	Pág.
O Uso das TIC Na Promoção da Transparência e da Accountability: Estudo Longitudinal nas Freguesias Portuguesas	Patrícia Gomes; Maria José Fernandes	34

J. Fraude e contabilidade forense

Título da Comunicação	Autores	Pág.
Corrupção e Condição Financeira Governamental	Lívia Morais; Amarando Dantas Júnior; Josediton Diniz; Rossana Sousa	16
Corrupção: um panorama dos fatores causais do fenómeno presentes na produção científica entre 2005 e 2020	Nathália Amaral Pereira; Nálbia de Araújo Santos; Josiel Lopes Valadares	23

K. Contabilidade e controlo de gestão

Título da Comunicação	Autores	Pág.
Proposta de um modelo de contabilidade de gestão para Governo Local - Caso do Município de Arcos de Valdevez	Eliana Fernandes; Patrícia Gomes	39
As decisões de gestão dos ativos ambientais para a neutralidade carbónica, com base no SNC-AP	Ricardo Pinheiro	50

L. Auditoria

Título da Comunicação	Autores	Pág.
Determinantes da Modificação a Opinião do Revisor Oficial de Contas – O Caso dos Institutos Politécnicos Portugueses	Alexandra Carvalho	17

[Esta página foi deixada em branco propositadamente]

As Competências Técnicas nos Profissionais de Contabilidade

Ana Covas

anacovas1@gmail.com

Carlos Quelhas Martins

carlosamartins@net.sapo.pt

José Silva Ribeiro

carlosamartins@net.sapo.pt

Vasco Salazar Soares

v.soares@doc.isvouga.pt

Palavras-chave

Competências técnicas; Indústria 4.0; Profissionais de contabilidade; Setor de atividade; TIC.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo aferir se a importância dada às competências técnicas pelos profissionais de contabilidade no exercício das suas funções é condicionada pelo “setor de atividade” (empresarial, público ou não lucrativo), onde os mesmos exercem a sua atividade profissional, constituindo assim o contributo inovador desta investigação. Constitui, também, propósito deste estudo verificar a relação existente entre as competências em análise, determinando qual destas se assume como mais importante. Os principais resultados obtidos permitem afirmar que as competências técnicas assumem uma posição preponderante nos profissionais de contabilidade, sendo as mais valorizadas, “utilizar de forma eficiente softwares de contabilidade”, “realizar as obrigações fiscais” e “elaborar e analisar as demonstrações financeiras”. Este estudo permite também concluir que o “setor de atividade” condiciona a importância dada às competências técnicas e verificar que a categoria “Competências Específicas de Contabilidade” se revelou o fator com maior importância no conjunto das competências técnicas.

Regime de Competência no Setor Público Brasileiro à Luz da Teoria Institucional: Reflexões sobre a Informação Contábil e os Desafios

Marcelle Santana
marcelle403@yahoo.com.br

Palavras-chave

Harmonização contábil; Regime de competência; Setor público brasileiro; Teoria institucional

Resumo

A contabilidade aplicada ao setor público brasileiro está em processo de mudanças devido ao movimento de harmonização contábil. Dentre essas mudanças, lista-se a adoção do regime de competência. Assim, este ensaio teórico, sob a lente da Teoria Institucional, tem por finalidade discutir os impactos da qualidade da informação contábil e os desafios a serem enfrentados em decorrência da adoção do regime de competência no setor público brasileiro. As considerações trazidas assinalam que por meio de pressões institucionais isomórficas há alterações da qualidade da informação contábil no setor público brasileiro promovendo aspectos como transparência e accountability. Todavia, há desafios nesse processo de harmonização às normas internacionais como os custos envolvidos e a falta de pessoal capacitado. Os apontamentos realizados neste ensaio são relevantes para compreensão da importância do regime de competência à contabilidade pública brasileira, bem como dos desafios a serem enfrentados que podem influenciar na efetividade das mudanças institucionais

Determinantes da Opinião Modificada da Auditoria nos Municípios Portugueses de Média Dimensão (2016-2018)

Paula Gomes dos Santos

pasantos@iscal.ipl.pt

Carla Martinho

cmartinho@iscal.ipl.pt

Raquel Lopes

raquelslopes@outlook.pt

Palavras-chave

Accountability; Auditoria; Determinantes de Opinião Modificada; Municípios Portugueses de Média Dimensão

Resumo

A auditoria aos municípios portugueses confere maior transparência e accountability à gestão autárquica, pelo que a presente investigação tem como objetivo analisar os determinantes da opinião modificada, emitida pelo auditor, nos municípios portugueses de média dimensão, no período de 2016 a 2018. O estudo assentou na análise das certificações legais de contas dos municípios, tendo-se adotado métodos estatísticos para estudar as variáveis financeiras e não financeiras definidas. Como principal conclusão, salienta-se que a emissão de anteriores opiniões modificadas demonstra ser estatisticamente significativa para a emissão de opiniões modificadas nos municípios portugueses de média dimensão, o que se considera ser especialmente relevante dado que as entidades parecem ter uma tendência para reportar informação financeira com limitações, não demonstrando capacidade de ultrapassar as situações apontadas pelo auditor que lhes permita divulgar informação mais transparente e que contribua para uma verdadeira accountability da governação pública.

Corrupção e Condição Financeira Governamental

Lívia Morais

liviamfm@gmail.com

Amarando Dantas Júnior

amarandojunior@hotmail.com

Josedilton Diniz

josedilton@gmail.com

Rossana Sousa

rossanagsousa@yahoo.com.br

Palavras-chave

Corrupção; Condição Financeira; Setor Público

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi verificar a influência da corrupção sobre a condição financeira dos governos. Para tanto, foram utilizados indicadores de três dimensões de solvência associadas ao conceito de condição financeira: solvência de caixa, solvência orçamentária e solvência de nível de serviços. Para mensurar a corrupção dos governos foi utilizado o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional. Foram coletados dados de 34 países da OCDE, no período de 1998 a 2018. O relacionamento entre as variáveis foi verificado através de um modelo tobit, analisando não apenas variáveis financeiras ou econômicas de forma isolada ou individual, mas sim medidas que mensuram a condição financeira dos países. Os resultados da pesquisa indicaram que quanto maior a percepção da corrupção nos países, piores tendem a ser seus níveis de solvência orçamentária e solvência do nível de serviços. Nesse sentido, a pesquisa conclui que diante de maiores níveis de percepção da corrupção há uma influência negativa sobre a capacidade dos governos obterem receitas para prover os bens e serviços públicos no nível e na qualidade necessários para a população sem incorrer em déficits.

Determinantes da Modificação da Opinião do Revisor Oficial de Contas – O Caso dos Institutos Politécnicos Portugueses

Alexandra Carvalho

alexandra.carvalho@ipleiria.pt

Palavras-chave

Opinião de Auditoria; Certificação legal das contas; Institutos Politécnicos

Resumo

Com este trabalho pretendemos, através da análise das certificações legais das contas (CLC) dos anos de 2018 (primeiro ano de implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)) e 2019 dos Institutos Politécnicos Portugueses (IPP), identificar o tipo de opinião expressa pelos revisores oficiais de contas e, no caso da opinião modificada, identificar os seus principais determinantes. Concluímos que cerca de 55% das opiniões expressas pelos revisores oficiais de contas nas CLC são opiniões modificadas. As opiniões modificadas assumem a forma de reservas por “limitação de âmbito” com exceção dum caso em que a reserva é “por desacordo”. Os principais fatores que motivaram o profissional a expressar uma opinião modificada, nos dois anos em análise, relacionam-se com os ativos fixos tangíveis, correspondentes depreciações e subsídios ao investimento. No total, foram apresentadas 38 reservas. Analisámos, ainda, as situações em que a estrutura padrão da CLC foi alterada pela inclusão de “ênfases” e/ou “outras matérias” devido a circunstâncias que não originam a modificação da opinião do revisor oficial de contas e apurámos um total de 27 “ênfases” e 5 inclusões de “outras matérias”.

Criação de Valor, Tributação de Rendimentos Empresariais e Evasão Fiscal – Uma Visão Geral

Sandra Capitão

ssantoscapitao@hotmail.com

Cândido Peres

cjperes@iscal.ipl.pt

Catarina Carvalho

ccterrinca@iscal.ipl.pt

Palavras-chave

Território Continental Português;Área Florestal;Caracterização Demográfica;Área Ardida;Impacto dos Incêndios

Resumo

The global evolution of economies, as well as the recurrent and growing need of States' financing, are leading the legislator to increasingly seek to adapt the way to meet those needs. First, we intend to globally present the current status of the main Portuguese corporate income taxes, as well as a general and theoretical overview of their aggregation, in terms of the effective tax burden, exposing the concept of the Laffer's Curve (Laffer, 2004). The importance of the problem of the informal economy and tax evasion will also be exposed, as a global approach to its implications, measures to combat and the relationship with the evolution of the tax burden. We will also envisage a hypothetical change in the corporate income taxation tax base, with for the time being is the generated result, after being subject to some corrections, in order to effectively tax the business creation of value instead.

O Relato Integrado no Setor Público Brasileiro

Sara C. Castro

scdecastro@outlook.com

Abimael J.B. Costa

acosta@unb.br

Palavras-chave

Relato integrado; Relatório integrado; Setor público; Teoria institucional

Resumo

O objetivo do estudo é apresentar o estado atual de conhecimento sobre Relato Integrado com ênfase no setor público brasileiro. O presente trabalho está fundamentado na análise de 36 trabalhos sobre o tema. Descreve-se as influências da literatura internacional nas pesquisas e verifica-se o alinhamento da Decisão Normativa TCU 178/2019 aos pilares da Teoria Institucional e das diretrizes internacionais. Dentre as principais observações destaca-se a necessidade de ampliar o arcabouço teórico sobre Relato Integrado no Setor Público brasileiro. Verifica-se ainda que, 72% das pesquisas representam somente o setor privado e que são influenciadas principalmente por publicações do IIRC, por autores que mostraram as dificuldades a serem enfrentadas para a consolidação do Relato Integrado e por estudos que procuram auxiliar as organizações em sua adoção. Demonstrase que a Decisão Normativa TCU 178/2019 aplica-se aos pilares da Teoria Institucional e está estruturada nas diretrizes do framework internacional de Relato Integrado.

Caminhos para a Introdução de Relatórios Financeiros Populares nos Conselhos Municipais de Saúde do Brasil

Lucas Silva

lucasvalverde@outlook.com.br

Diana Lima

diana_lima@unb.br

Rafiza Carvalho

rafiza@gmail.com

Palavras-chave

Brasil; Cidadãos; Conselhos Municipais de Saúde; Informação Contábil; Relatórios Financeiros Populares

Resumo

Este estudo tem como objetivo apresentar os caminhos para a introdução de relatórios financeiros populares (RFP) nos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) do Brasil. Inicialmente foi realizada análise preliminar do Relatório de Gestão Anual (RAG) aprovado em 2019 pelo Conselho de Saúde do município de Florianópolis, localizado no estado de Santa Catarina, Região Sul do Brasil, cujo conteúdo atende às exigências da legislação brasileira com o uso de termos técnicos e análises detalhadas, o que pode fazer com que o RAG não seja imediatamente compreensível para quem não tem formação financeira ou contábil. A partir da literatura da comunicação humana e suas nuances, foi então apresentada sugestão de layout para o RAG à luz da literatura de RFP e com o uso da metodologia do Design Thinking e da plataforma Canva®, com a expectativa de tornar o relato da informação contábil mais compreensível para os conselheiros responsáveis pela sua aprovação.

Sustentabilidade no Ensino Superior nas áreas da Contabilidade e Gestão - uma revisão sistemática da literatura

Jucelia Frizon

juceliaappio@yahoo.com.br

Teresa Eugénio

teresa.eugenio@ipleiria.pt

Palavras-chave

Ensino Superior; Desenvolvimento Sustentável; Principles for Responsible Management Education; Sustentabilidade

Resumo

Este artigo tem como objetivo a identificação da produção científica, em Contabilidade e Gestão, sobre a temática da sustentabilidade em revistas vinculadas à base de dados Scimago Journal Rank (SJR), na área de Business, Management and Accounting - corte longitudinal de 2014 a 2020. Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, utilizando-se como método a revisão sistemática. Foram analisados 16 artigos científicos, envolvendo 43 autores e co-autores, 12 países e 24 universidades. Na maioria dos estudos as unidades de análise foram os Conteúdos Curriculares, Docentes e Discentes, abordagem qualitativa e uso da técnica de análise de conteúdo. O valor científico deste artigo concentra-se em duas contribuições principais. A primeira, evidencia o status da temática da sustentabilidade na área de Contabilidade e Gestão, como um campo de estudo. A segunda, a partir da análise de tendências emergentes na literatura, oferece insights e reflexões como ponto de partida para investigações futuras.

Observatório Covid-Prev: Contribuição para a Transparência e Accountability na Gestão Pública em Tempos de Pandemia

Diana Lima

diana_lima@unb.br

Marcelo Wilbert

marcelodw@unb.br

Palavras-chave

Accountability; Observatórios Sociais; Pandemia; Previdência; Transparência

Resumo

Este artigo busca compreender como o uso de observatórios sociais pode contribuir como instrumento de transparência e accountability na gestão pública brasileira em tempos de pandemia, trazendo a experiência do Observatório Covid-Previd, que procurou estabelecer conexões entre variáveis que podem afetar a oferta e a demanda de seguridade social no contexto da pandemia do Covid-19. Entre outras informações, os achados da pesquisa mostram que as ações de enfrentamento à pandemia (como o isolamento social) trouxe uma queda de mais de 10% no Produto Interno Bruto do Brasil, com aumento do desemprego e, conseqüentemente, queda na arrecadação das contribuições específicas para a previdência social. Ao monitorar sistematicamente um tema de interesse coletivo, embora não tenham poder de exercer sanção direta sobre os governantes, a expectativa é que o Observatório Covid-Prev, a exemplo de outros observatórios sociais, possa mobilizar e influenciar o controle social com relação ao tema da previdência no Brasil.

Corrupção: um panorama dos fatores causais do fenômeno presentes na produção científica entre 2005 e 2020

Nathália Amaral Pereira

nathaliaapereira@ufv.br

Nálbia de Araújo Santos

nalbia@ufv.br

Josiel Lopes Valadares

josiel.valadares@ufv.br

Palavras-chave

Causas da corrupção; Corrupção; Metanálise

Resumo

O fenômeno corrupção está presente nas sociedades, desde as mais desenvolvidas até aquelas classificadas em desenvolvimento ou com uma situação precária. Nesse contexto, esta pesquisa identificou e analisou quais são os fatores apontados pelas pesquisas empíricas como causas da corrupção e como está sendo conceituada e mensurada. Assim, realizou-se uma meta-análise qualitativa de estudos empíricos, a fim de contribuir para o estado da arte da temática. A discussão sobre corrupção se deu em três dimensões: seus fatores causais, sua definição e índices de mensuração. Identificamos convergências e peculiaridades acerca do tema presentes na produção científica. A pesquisa indica uma evolução e amadurecimento na compreensão da concepção sobre corrupção e que os fatores mais significativos apontados nos estudos são os políticos, sociais, culturais, econômicos e legais de uma sociedade. Em suma, este estudo reúne pesquisas anteriores e pode servir de arcabouço teórico ou base para futuras pesquisas sobre o tema corrupção.

Transparência dos Gastos Tributários dos Entes Estaduais Brasileiros: quais avanços necessários?

Roberto Biava Júnior

betobiava@uol.com.br

Patricia Siqueira Varela

psvarela@usp.br

Celia Maria Da Silva Carvalho

cmscarvalho@yahoo.com.br

Palavras-chave

Gastos tributários; Renúncias fiscais; Orçamento público; Accountability; Transparência fiscal.

Resumo

O objetivo é descrever as práticas dos estados brasileiros quanto à divulgação de informações sobre gastos tributários. O referencial teórico é embasado no conceito de gasto tributário e são analisados os conceitos adotados pelas normas de contabilidade (pública/financeira). Metodologicamente foram analisadas as LDO's e LOA's, bem como os demonstrativos de gastos tributários/renúncias fiscais dos 27 entes subnacionais (2019-2020) Foram apontados nos resultados, fragilidades de qualidade de informação e falta de transparência no processo orçamentário: os Estados apresentam a previsão de renúncia de receitas de forma parcial por tributos; não informam sobre os tipos de benefícios fiscais; não explicam adequadamente a alocação de recursos por setor/programa/contribuintes; nem detalham adequadamente os benefícios fiscais concedidos e bases legais, não informam a renúncia fiscal efetiva já realizada e não ficam bem evidenciadas as metodologias de mensuração, o que prejudica a transparência fiscal/accountability e a análise sobre a eficiência para a sociedade destes gastos tributários.

Transparência Pública Municipal: Um Estudo na Região do Vale do São Francisco no Sertão Pernambucano

Anderlânia Batista dos Santos

dezalis@hotmail.com

Josaias Santana dos Santos

josaias.santana@facape.br

João Eudes de Souza Calado

joao.calado@univasf.edu.br

Palavras-chave

Informação; Municípios; Transparência; Índice de transparência e Brasil

Resumo

Esse estudo objetiva analisar o nível de transparência dos municípios de Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, todos do estado de Pernambuco-Brasil, utilizando a metodologia de Biderman et.al., (2011). Para alcançar esse objetivo, foram verificadas com base nas Leis nº 131/2009 e 12.527/2011 as informações disponibilizadas nos sites eletrônicos. Na metodologia foram analisadas variáveis que possibilitaram estabelecer uma escala de transparência tais como: Execução orçamentária, Classificação orçamentária, Contratos, Séries Históricas, Possibilidade de download e navegabilidade, a partir de três parâmetros: Conteúdo, Série Histórica e Frequência de Atualização e Usabilidade. Os resultados apontam que a maior transparência está em Cabrobó (91%). Por outro lado, o município de Santa Maria da Boa Vista com (49%), ocupou o último lugar na escala, tendo em vista o não cumprimento de algumas variáveis exigidas nos normativos legais.

A perceção de accountability dos Presidentes de Câmara e dos Chefes de Divisão do Departamento Financeiro dos municípios portugueses

Maria Cristina Ribeiro da Silva Couto

maria.cristina.couto@ua.pt

Augusta da Conceição Santos Ferreira

augusta.ferreira@ua.pt

Palavras-chave

Accountability; Municípios; Perceção

Resumo

Objetivo – O presente estudo é realizado no âmbito dos municípios portugueses e tem como objetivos: avaliar a perceção dos Presidentes de Câmara (PC) e dos Chefes de Divisão do Departamento Financeiro (CDF) acerca da accountability e identificar as razões que, face à sua perceção de accountability, estão na base do seu exercício. Metodologia – Face ao pretendido no estudo elaborámos numa primeira fase a revisão da literatura acerca da accountability nos municípios através da ferramenta Google Scholar. Depois de analisada a revisão de literatura elaborámos um questionário que foi enviado aos PC e CDF dos municípios portugueses. O tratamento dos dados foi efetuado com recurso ao software SPSS através do coeficiente de correlação de Spearman e do teste do Quiquadrado. Contribuições esperadas – Apesar dos PC e dos CDF reconhecerem a maioria das características que traduzem o conceito de accountability é dada uma maior importância àquelas que se relacionam com a obrigação dos gestores públicos darem a conhecer como são utilizados os recursos públicos (obrigação de prestar contas) e a legitimidade e transparência dos gestores públicos na prossecução e maximização dos interesses dos cidadãos. Concluimos também que as razões que justificam o exercício da accountability variam consoante a perceção de accountability dos PC e dos CDF.

Brazilian Finances in Times of Covid-19: Isomorphism and Flexibilization of the Budget

João Inocêncio Junior

joaoinocenciojr@gmail.com

Fernando Gentil de Souza

fernando.gentil@ufpe.br

Marcia Ferreira Neves Tavares

marcia.nsilva@ufpe.br

Luiz Carlos Miranda

mirandaphd@gmail.com

Palavras-chave

covid-19; public accounting; finances; isomorphism

Resumo

This paper aims at better understanding whether: 1) Brazilian Public budget change and flexibilization due to pandemics; 2) if a different accounting standard was adopted. 3) The mimetic behavior between countries on public support due to pandemics. For reviewing the reliability and validity of our results, an overview of the specific details is provided in this work. This Analysis has identified changes in the Brazilian budget in response to the COVID-19 pandemic, financial help in general (especially towards SMEs), and identified a mimetic behavior (isomorphic) accordingly the New Institutional Theory. We found that incentives aren't limited to financial, but also include non-economic ones, such as regulations, licenses, etc; which were taken based on international agreements or reports. In public finance, the GDP is greatly important because of its consequences and performance in the domestic economy. The prevention of SMEs bankruptcy has a public interest whether avoids bad consequences on GDP.

Revisão Sistemática da Literatura sobre Relato Integrado no Setor Público: uma abordagem preliminar

Fabiano Ribeiro

fabiano.ribeiro@ua.pt

Augusta Ferreira

augusta.ferreira@ua.pt

Verónica Ribeiro

veronica@ipca.pt

Palavras-chave

Análise Bibliométrica; Relato Integrado; Revisão Sistemática da Literatura; Setor Público

Resumo

A divulgação de informação representa um elemento chave na transparência e accountability das organizações públicas ou privadas. Neste contexto, surge o Relato Integrado que incorpora informação financeira e não financeira. O objetivo do estudo foi identificar as características da produção científica sobre Relato Integrado nas organizações do setor público através de uma revisão sistemática da literatura e uma análise bibliométrica com base em 32 artigos recolhidos da base de dados Scopus, entre os anos de 2010 e 2020, conforme o protocolo de pesquisa definido. Verificou-se que em 2018 houve um aumento significativo das publicações, particularmente, no contexto das universidades. Observou-se uma tendência para a adoção de metodologias qualitativas. Itália foi o país com mais artigos. A Teoria dos Stakeholders foi a mais utilizada. As principais limitações da investigação foram a utilização de uma base de dados e um descritor. Para futuras investigações, poder-se-ia acrescentar outros descritores e bases de dados.

As influências de atores institucionais na adoção de normas internacionais de contabilidade pública em Portugal

Rui Robalo

rui.robalo@esg.ipsantarem.pt

Ana Rita Matos

anaritamatos_2@hotmail.com

Palavras-chave

SNC-AP; Teoria institucional; Teoria da estruturação; Setor público; Estudo de caso

Resumo

Este estudo tem o objetivo de analisar as influências dos atores institucionais na adoção do SNC-AP em Portugal. Neste estudo recorreu-se ao modelo teórico de Dillard et al. (2004) que atende a conceitos da teoria institucional e da teoria da estruturação, tendo a recolha e a geração de evidência sido suportada por uma metodologia de estudo de caso longitudinal retrospectivo. O estudo contribui para a literatura de diferentes formas: (1) fornece evidência de que a adoção do SNC-AP foi influenciada por atores externos e internos de diferentes níveis institucionais; (2) suporta os resultados de outros estudos que reportam uma maior influência dos atores do nível político e económico; (3) e contribui ainda para questionar a necessidade de uma adequada comunicação entre atores dos diversos níveis institucionais.

Governança Pública em Organizações Federais Brasileiras: Uma comparação sobre os mecanismos e práticas de governança propostos pelo Tribunal de Contas da União.

Luiz C.C. Moureau-Linhares

luizmoureau@yahoo.com.br

Fernanda F. Sauerbronn

fernanda.sauerbronn@facc.ufrj.br

Palavras-chave

Accountability; Estratégia; Governança Pública; Liderança; Tribunal de Contas da União

Resumo

O presente artigo objetiva analisar as práticas e os mecanismos de governança pública, que envolvem liderança, estratégia e accountability, que compõe a capacidade de governança das organizações públicas federais no Brasil. A metodologia do tipo qualitativa tem caráter aplicado, amparado por investigação exploratória e descritiva, efetuada a partir de análises documentais e de diversos dados, relacionados ao levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) junto aos órgãos e entidades federais realizado nos anos de 2017 e 2018 com uma abordagem comparativa. Os resultados alcançados indicam que, em média, dentre os 16 tipos organizacionais públicos, os bancos alcançaram o melhor índice de capacidade em governança pública tanto em 2017, quanto em 2018. Espera-se que as análises e os resultados contidos neste trabalho contribuam para o conhecimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de governança pública e suas boas práticas em toda administração pública brasileira.

Fatores que Influenciam a Adoção de Sistema de Informação de Custo em uma Instituição de Ensino Superior Pública: Um Estudo sob a Ótica da Teoria do Comportamento Planejado

Flávio Luiz Lara
flaviopf1@hotmail.com

Palavras-chave

Gestão pública; Sistema de informação de custos; Teoria do comportamento planejado

Resumo

Este estudo investiga os fatores que influenciam adoção do Sistema de Informação de Custos - SIC pelos gestores públicos de uma Instituição de Ensino Superior. A base teórica que suporta a investigação da intenção de uso do SIC pelos gestores é a Teoria do Comportamento Planejado desenvolvida por Icek Ajzen (1991). Foram selecionados para compor a amostra 161 gestores de uma Instituição de Ensino Superior Pública, localizada na região Nordeste do Brasil. Os dados foram coletados por meio de questionário, composto de 32 assertivas, com escalas tipo Likert de sete pontos. Para análise dos dados foram utilizadas as técnicas de estatística descritiva e análise multivariada Modelagem de Equações Estruturais. Os achados evidenciam que existe relação de dependência entre os fatores atitude, norma subjetiva e controle comportamental percebido influenciando comportamento dos gestores adotar o SIC. Depreende-se, também, que o fator norma subjetiva tem pouca relevância quando comparada com os outros fatores.

Influência da Competência Tributária e da Capacidade de Arrecadação na Qualidade de Vida da População de Santa Catarina

Bruna Dambroski Trombetta

bruna_dambroski@hotmail.com

Flavia Cristina Lunardi

flavialunardi@hotmail.com

Gilvane Scheren

gilvane.scheren@unoesc.edu.br

Ieda Margarete Oro

ieda.oro@unoesc.edu.br

Palavras-chave

Competência tributária; Gestão pública; Qualidade de vida.

Resumo

O estudo objetivou analisar a influência da arrecadação tributária própria na qualidade de vida da população dos municípios de Santa Catarina nos períodos de 2016 e 2018. A pesquisa descritiva e abordagem quantitativa. A população compreende os municípios do Estado de Santa Catarina, Brasil, e a amostra foi composta por 221 municípios. Os resultados do estudo demonstram que a capacidade de arrecadação dos impostos de competência municipal (IPTU, ISS e ITBI) depende diretamente do número de habitantes que o município possui, ou seja, quanto maior a população, maior é o valor arrecadado por habitante. Constata-se, ainda, que um grande montante de receita arrecadada não é sinônimo de indicadores sociais elevados. Os municípios que apresentam um número menor de população conseguem administrar e distribuir de maneira justa e eficaz os recursos obtidos, proporcionando melhor qualidade de vida para seus habitantes.

Sustentabilidade financeira e adoção das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS): uma análise internacional

Samuel Salgado

samuelsresende@gmail.com

Susana Jorge

susjor@fe.uc.pt

Pedro Cerqueira

pacerq@fe.uc.pt

Palavras-chave

IPSAS; sustentabilidade financeira; Harmonização Contabilística; comparação internacional

Resumo

A crise financeira global evidenciou a má qualidade dos relatórios financeiros do setor público, bem como a necessidade de harmonização das demonstrações contábeis, estimulando os países a buscarem uma forma de refletir nos relatórios financeiros das entidades do setor público as consequências das intervenções governamentais na economia. Nesse caminho, o IPSASB publicou uma diretriz com orientações para prática, a RPG1, recomendando aos países apresentarem informações sobre a sustentabilidade financeira de longo prazo nas administrações públicas. Assim, em complemento às pesquisas anteriores, o objetivo deste estudo é analisar os efeitos da sustentabilidade financeira dos países sobre a adoção das IPSAS pelos governos centrais dos países. Para isso, elaborou-se um índice de sustentabilidade financeira tomando como referência as dimensões (receita, dívida e serviço público) indicadas pelo IPSASB. Utilizou-se um modelo de regressão logística em uma amostra de amostra de 103 países, para o período de 2015-2019. Os resultados sugerem que a sustentabilidade financeira tem um efeito negativo sobre a adoção das IPSAS, ou seja, quanto menos sustentável é o país, mais tende a adotar as IPSAS, muitas vezes por imposição de instituições externas que fornecem apoio financeiro.

O Uso das TIC na Promoção da Transparência E da Accountability: Estudo Longitudinal nas Freguesias Portuguesas

Patrícia Gomes

pgomes@ipca.pt

Maria José Fernandes

mjfernandes@ipca.pt

Palavras-chave

TRANSPARÊNCIA; ACCOUNTABILITY; TIC; FREGUESIAS; WEBSITE; ESTUDO LONGITUDINAL

Resumo

A adoção generalizada das TIC tem conduzido a uma transformação significativa do serviço público, tornando-o mais próximo dos cidadãos, mais acessível e com valor acrescentado superior para a sociedade contribuindo para a promoção da transparência e da accountability das organizações públicas. Apesar do interesse crescente na investigação sobre o papel das TIC na promoção da transparência e da accountability pouco se sabe como os governos locais, e em especial as freguesias, têm tirado proveito do uso das TIC para promover a transparência e a sua relação com os cidadãos. Com este artigo pretende-se alcançar três objetivos específicos com este trabalho: (1) compreender o nível de presença das freguesias Portuguesas na internet (considerando a presença no website e no facebook); (2) o nível de divulgação online de informação contabilística e (3) estudar os fatores que determinam estas relações numa perspetiva longitudinal. Tendo por base a consulta aos websites das 3091 freguesias Portuguesas, os resultados evidenciam a influencia da dimensão das freguesias no nível de presença na web e na divulgação online da informação contabilística. A implementação da RATF e a localização das freguesias representam também fatores determinantes no uso das TIC. Em termos da informação contabilística mais divulgada nos websites destaca-se a informação orçamental pela sua relevância em termos de prestação de contas das freguesias.

Accountability no Sector Público num Ambiente Online: Estado da Arte e Oportunidades de Investigação

Miguel Lira

mlira@iscac.pt

Veronika S. Neves

vsokotnyuk@iscac.pt

Palavras-chave

Accountability; E-Government; Internet; Online Accountability; Sector Público

Resumo

Os websites institucionais podem ter um papel primordial na promoção da accountability das entidades públicas, já que a internet tornou mais fácil a divulgação de informação, a interação bidirecional com os stakeholders e a responsabilização de gestores públicos, de políticos e das próprias instituições. Tanto quanto é do nosso conhecimento, ainda não foi exposto o estado da arte sobre a accountability no sector público num ambiente online. Este trabalho tem como objetivo suprir esta lacuna e proporcionar uma revisão abrangente do que já foi realizado neste campo de investigação, bem como prover uma agenda para pesquisas futuras. A metodologia utilizada foi a análise documental e bibliométrica dos papers que abordaram esta temática. Embora não consensual, muita da literatura deixa antever que o potencial da internet na promoção da accountability ainda não foi plenamente atingido. Quanto a perspetivas futuras, existem várias pistas que podem ser seguidas, incluindo a aposta num maior suporte teórico das pesquisas, a diversificação das instituições ou áreas geográficas analisadas, a averiguação do papel da web-based accountability nas democracias iliberais ou a identificação dos determinantes e dos fatores explicativos para os níveis de online accountability das instituições públicas

Divulgação da Informação Financeira: Uma Análise Comparativa entre POCP e SNC-AP

Paula Vaz

paulinhavaz18@hotmail.com

Susana Jorge

susjor@fe.uc.pt

Pedro Cerqueira

pacerq@fe.uc.pt

Palavras-chave

Divulgações; Conformidade; Evolução; SNC-AP; POCP

Resumo

O Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) trouxe para a contabilidade pública portuguesa, a partir de 1997, o regime de acréscimo, aproximando-a da contabilidade empresarial. Embora a implementação do POCP tenha sido genericamente bem-sucedida, a normalização contabilística do setor público português encontrava-se, a certa altura, desatualizada e inconsistente (Gonçalves et al., 2017). Na contabilidade empresarial foi implementado o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotando as normas internacionais, enquanto o POCP continuava assente em regras contabilísticas nacionais. Neste contexto surgiu o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado através do Decreto-Lei nº192/2015. A implementação do SNC-AP permitiu, entre outros aspetos, a solidificação da base do acréscimo na contabilidade e relato financeiro do sector público, mais fiabilidade da consolidação de contas e maior contributo para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro (Jorge et al., 2019).

A transição para este novo sistema de contabilidade requereu mudanças consideráveis no tipo de informação financeira divulgada e na forma de divulgação da mesma. Com efeito, o SNC-AP incrementou a exigência de divulgação de informação complementar às demonstrações financeiras, designadamente no Anexo. Assim sendo, este artigo pretende identificar as mudanças provocadas pela implementação do SNC-AP face ao POCP, no que respeita à transparência, quantidade e tipo de informação financeira divulgada pelas entidades do setor público português, designadamente no Anexo às contas. O estudo assenta numa amostra de 33 entidades, definida a partir de uma listagem obtida do Tribunal de Contas, abrangendo os anos de 2016 a 2019. Pretende-se concluir sobre o incremento e diversidade das divulgações exigidas com a implementação de um novo sistema contabilístico aproximado às normas internacionais.

A Necessidade de IPSAS Simplificadas para Governos de Pequeno Porte

Diana Lima

diana_lima@unb.br

Raquel Lima

raquelluz22@gmail.com

Cláudia Cruz

claudiacruz@facc.ufrj.br

Palavras-chave

IPSAS; Padrões Contábeis; Pequenos Governos; Setor Público; Simplificação

Resumo

Este artigo busca compreender as adaptações necessárias para viabilizar a adoção das IPSAS em governos de pequeno porte. Ao efetuar uma análise comparativa entre o conteúdo da norma IFRS for SMEs e da NCP-PE (Portugal) com os dispositivos adotados no Brasil (PIPCP e MCASP), a proposição é que inicialmente seja adotada a estratégia de simplificação com a implementação das IPSAS 1, 2, 5, 9, 12, 13, 17, 19, 23, 28, 31 e 39 nos pequenos municípios brasileiros, por entender que essa pré-seleção já sinalizaria as IPSAS mais relevantes para pequenos governos. Além disso, dependendo das peculiaridades, pode ser incluída a divulgação de informações que são críticas para a atuação do governo local no qual as IPSAS sejam adotadas. Em seguida, as IPSAS selecionadas podem ser consolidadas de forma resumida em um único documento, a exemplo da NCPPE do Governo de Portugal.

Gastos Orçamentários do Estado de Mato Grosso do Sul (1979-2019): uma abordagem sob a Ótica da Teoria do Equilíbrio Pontuado

Cristiano Sausen Soares

cristianocontador@hotmail.com

Juliano Luiz Campos de Arruda

camposccont@gmail.com

Edicreia Andrade dos Santos

edicreiaandrade@yahoo.com.br

Palavras-chave

Orçamento Público; Incrementalismo; Políticas Públicas

Resumo

Este artigo versa acerca da execução orçamentária do Estado brasileiro de Mato Grosso do Sul entre 1979 e 2019. Teoricamente, o artigo fundamenta-se na Teoria do Equilíbrio Pontuado (TEP), a qual argumenta que os sistemas políticos podem ser definidos como estável e dinâmico. Dessa forma, o objetivo do artigo é identificar e analisar a distribuição da execução orçamentária de Mato Grosso do Sul entre o período de 1979 e 2019, para determinar qual tipo de despesa (categoria econômica e função) estão sujeitos à pontuação. Para isso, o artigo explora 680 dados de variação da despesa realizada extraídos de documentos oficiais do balanço geral do estado. Dentre os resultados, pormenoriza que as despesas por categoria econômica evidenciam variações abruptas entre 1979 a 1999 e uma tendência incremental a partir dos anos 2000. Sob a perspectiva da despesa funcional apresenta uma distribuição leptocúrtica em todas as funções de governo, entretanto, são pontuações em graus diferentes.

Proposta de um modelo de contabilidade de gestão para Governo Local - Caso do Município de Arcos de Valdevez

Eliana Fernandes

elianafernandes5@gmail.com

Patrícia Gomes

pgomes@ipca.pt

Palavras-chave

Contabilidade de gestão; municípios Portugueses; SNC-AP; accountability; sustentabilidade.

Resumo

Nos últimos anos, temos assistido a importantes mudanças na contabilidade e na gestão dos municípios Portugueses, nomeadamente no que diz respeito à produção de informação de controlo e contabilidade de gestão para apoio aos processos de gestão e tomada de decisão, de accountability e de sustentabilidade. Com este estudo pretende-se explorar o papel da contabilidade de gestão na governação local. Em concreto, pretende-se propor o desenvolvimento de um Sistema de Contabilidade de Gestão (SCG) adaptado à realidade específica de um município de média dimensão, cujo SCG ainda se encontra pouco desenvolvido - o município de Arcos de Valdevez. O modelo proposto utiliza o método de custeio ABC (activity-based-costing), considerando que este é o método mais adequado para a realidade dos municípios Portugueses, conforme recomendado pela NCP 27, e que compreenderá não só a gestão e análise dos gastos como também de rendimentos e resultados, de forma a proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisão e apoio à gestão. Apesar do município de Arcos de Valdevez se encontrar numa fase ainda embrionária na implementação do SNCAP, o presente estudo permitiu sensibilizar os vários agentes que intervêm no processo de decisão para a utilidade e os outputs que podem ser obtidos a partir do modelo proposto. O estudo permitiu ainda concluir que o novo normativo contabilístico poderá contribuir para uma profunda mudança no processo de corporate governance nos municípios Portugueses, não só pelo cumprimento da legalidade, como também pelo reforço de informação financeira e não financeira, de apoio aos processos de gestão e tomada de decisão, de accountability e de sustentabilidade. De relevar também, o contributo deste novo modelo de contabilidade de gestão, no apoio à definição e mensuração de indicadores de gestão, no âmbito das boas práticas e da estratégia municipal de sustentabilidade em todas as suas vertentes (governação e desempenho social, económico e ambiental), que vão de encontro aos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Effectiveness of Expenditure in Brazilian States: An Analysis of its Determinants

Marcos Paulo Laranja Ribeiro

marcosplaranja@gmail.com

Marcelo Alvaro da Silva Macedo

malvaro.facc.ufrj@gmail.com

Cláudia Ferreira da Cruz

claudiacruz@facc.ufrj.br

Palavras-chave

Public Spending; Public Policy; Efficiency; Government Financial Condition.

Resumo

In Brazil, the introduction of efficiency as a fundamental principle of public administration, a hallmark of the State's management reform, did not generate tangible and precise results for the population regarding the supply of public goods and services. It seems necessary to demystify the presence of an automatic relationship between the fair use of financial resources and the social benefits extracted from governmental activity. Given the scarcity of studies focused on the analysis of public spending effectiveness in Brazil, this study aims to investigate the determinants of the level of Brazilian States spending effectiveness in the areas of health, education and public security. For this purpose, efficiency, financial condition, election year and per capita income were used as independent variables inside a model containing two systems of simultaneous equations estimated by three-stage least squares (3SLS), directed to the short and medium-term scenarios. Outcomes reinforce the criticisms regarding the indiscriminate use of financial indicators in public administration, especially in the short-time analysis, when efficiency and financial condition were not significant in explaining the effectiveness. Moreover, the effectiveness showed a distinct set of relations in each time scenario, besides presenting a multi-relational character among public activities, emphasising the importance of policymakers coordinating their allocative decisions and, consequently, align public policies aimed at different areas.

International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) e a Teoria Institucional: Um estudo bibliométrico

Sérgio Fernandes

sfernandes1710@gmail.com

Palavras-chave

Bibliometria; International Public Sector Accounting Standards; IPSAS; Isomorfismo; Teoria Institucional

Resumo

Objetivo: Analisar e caracterizar a produção científica sobre as IPSAS elaborada com base da Teoria Institucional Método: A recolha da amostra foi baseada no instrumento ProKnow-C. Utilizou-se a base de dados Scopus e Web of Science, tendo sido selecionados 23 artigos. Resultados: Os periódicos que registam o maior número de publicações são o International Journal of Public Sector Management e o Public Money and Management. A pesquisa qualitativa foi a mais observada e os fatores determinantes para a adoção das IPSAS e a sua implementação foram as áreas representadas. A maioria dos resultados apresentados nos artigos concluíram que a adoção das IPSAS ou a sua implementação se devem a vários tipos de isomorfismo (coercitivo, normativo ou mimético).

Os Ativos Biológicos: Reflexão Exploratória

Maria da Conceição Aleixo

conceicao.aleixo@esce.ips.pt

Maria Teresa Godinho

teresa.godinho@esce.ips.pt

Susana Silva

susana.silva@esce.ips.pt

Palavras-chave

Agricultura; Ativos Biológicos; Sistema de Normalização Contabilística (SNC); Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP); Reconhecimento; Mensuração

Resumo

Este estudo exploratório tem como objetivo a comparação entre a Norma de Contabilidade Pública 11 (NCP 11) e a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro 17 (NCRF 17), que versam sobre o tratamento contabilístico da atividade agrícola. As especificidades do Setor Público estão patentes na NCP 11, que apresenta diferenças relativamente à NCRF 17, nomeadamente ao nível do âmbito, do entendimento concetual e, conseqüentemente, do reconhecimento e mensuração. A metodologia adotada foi a análise de conteúdo das normas NCP 11 e NCRF 17. O resultado desta análise comparativa contribui para o desenvolvimento de competências, tanto na vertente do processo de ensino aprendizagem, como na ótica profissional.

A Prestação de Contas nas Entidades Públicas: A singularidade do Cidadão com Necessidades Especiais

Rute Abreu

ra@ipg.pt

Liliane Segura

lilianecristina.segura@mackenzie.br

Palavras-chave

Cidadão com Necessidades Especiais; Divulgação; Entidades Públicas; Prestação de Contas

Resumo

A investigação avalia, numa abordagem crítica, a prestação de contas nas entidades públicas reconhecendo a singularidade do cidadão com necessidades especiais. Assim, são discutidos os pontos fracos e as boas práticas da divulgação face às exigências de compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade proporcionada pela informação e requisitos das tecnologias de informação e comunicação. A metodologia da investigação é suportada em dois referenciais. O primeiro é teórico e recorre ao sistema de informação contabilístico inerente às entidades públicas, bem como à legitimidade da intervenção em sociedade, em termos regulamentares e de normas, do cidadão com necessidades especiais. O segundo referencial é empírico e fundamentado, por um lado, no método de caso de estudo de entidades públicas e, por outro lado, na própria prestação de contas. Os resultados centram-se nas divulgações e nas publicações da prestação de contas, demonstrando as dificuldades da perceção do relato financeiro para o cidadão com necessidades especiais.

Análise Bibliométrica Sobre o uso da Informação dos Relatos do Setor Público pelo Políticos

Sónia P. Nogueira

sonia@ipb.pt

Willian Batista de Oliveira

willianboliveira@gmail.com

Susana Jorge

susjor@fe.uc.pt

Palavras-chave

Debate político; Administrações Públicas; informação financeira; informação não financeira; gestão financeira pública

Resumo

Este artigo tem como objetivo efetuar um estudo bibliométrico sobre o uso da informação dos relatos do setor público pelos políticos nos últimos quinze anos. A abordagem metodológica utilizada consistiu numa análise bibliométrica, precedida de uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica visou identificar os artigos internacionais sobre o uso de informação financeira e não financeira pelos políticos, publicados nas bases de dados Web of Science da Clarivate Analytics e Scopus da Elsevier. Posteriormente, aplicou-se a técnica bibliométrica, através do uso de indicadores de qualidade científica e de impacto científico, para a medição de índices de produção e disseminação do conhecimento, bem como para acompanhar o desenvolvimento de diversas áreas científicas e os padrões de autoria e de publicação. O estudo bibliométrico foi feito com recurso ao software VOSviewer. A pesquisa começou por extrair das bases de dados 247 artigos, dos quais, após aplicar filtros de leitura aos títulos e resumos, remanesceram 55 artigos específicos sobre o tema em análise, publicados em 25 revistas científicas. Os resultados indicam que as publicações sobre o tema ocorreram em revistas de significativo impacto, em maior número nos últimos cinco anos, com destaque para cinco países, permitindo ainda avaliar os principais clusters de keywords e clusters de autores.

Configuração dos Cargos e a Rotatividade dos Contabilistas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) Brasileiras Durante o Período de 2016 até 2020

Marcos Roberto dos Santos

marcos.santos@ufpr.br

Neusa Sawczuk von Eggert

neusasaw@gmail.com

Simone Bernardes Voese

simone.voese@gmail.com

Luiz Panhoca

panhoca.luiz@gmail.com

Palavras-chave

Accountability; Contabilista; IFES; New Public Management; Transparência

Resumo

O objetivo do estudo é apresentar a configuração dos cargos e a rotatividade dos contabilistas das IFES brasileiras para o período de 2016 até 2020. A partir de uma pesquisa exploratória, qualitativa e quantitativa, 102 IFES foram avaliadas. Verificou-se nos cargos uma relação de 50% entre contadores e técnicos em contabilidade. Um total de 83 IFES apresentaram até 50 profissionais por unidade em 2020. Ainda foi observado no período analisado uma queda na rotatividade, bem como uma grande maioria de contabilistas no cargo a mais de 10 anos. Foi utilizado o teste estatístico de Análise de Correspondência, onde as variáveis taxa de contador pelo total de contabilistas, rotatividade e tempo médio de atividade das equipes não apresentaram diferenças em relação ao tipo e ao tamanho da IFES, enquanto as variáveis valor liquidado por contabilista e total de contabilistas por IFES apresentaram diferenças em relação ao tipo da IFES.

Análise dos Itens que Compõem o Relato Integrado: Universidades Federais do Estado do Pará – 2018

Diogo Dantas

admdiogowillavian@gmail.com

Petrus Oliveira

petrusoliveira270@gmail.com

Fernanda Silva

fernanda.freitas2102@gmail.com

Lílian Silva

lilianluciana_22@hotmail.com

Zildeny Silva

deny.silva86@hotmail.com

Palavras-chave

Relato Integrado no Setor Público; Relato Integrado das Universidades Públicas

Resumo

Este artigo tem por objetivo identificar como as Universidades Federais localizadas no Estado do Pará atendem a estrutura conceitual proposta pelo IIRC na elaboração de seus relatos integrados (RI). Foram analisados os conteúdos dos (RI) do ano de 2018, de quatro Instituições Federais de Ensino (IFES). A pesquisa analisou como estas entidades adequaram o seu (RI) à normativa TCU n.º 170/2018 e a estrutura conceitual proposta pelo IIRC. Das Instituições analisadas, duas seguiram a estrutura conceitual do (RI) apresentando informações conectadas, concisas e desenvolveram todos os elementos de conteúdo do Relato Integrado de forma clara. Já os demais relatórios analisados apresentaram ausência de alguns itens da estrutura conceitual proposta pelo IIRC. Sugerimos novos estudos em outros tipos de entidades do Setor Público, para verificar como está ocorrendo a adesão dos elementos estrutura conceitual no (RI) dessas organizações.

A teoria da sinalização e a contabilidade das entidades públicas - Uma análise bibliométrica

Sónia Barbosa

sonia.barbosa@ua.pt

Palavras-chave

Análise bibliométrica; Contabilidade; Setor Público; Teoria da Sinalização

Resumo

Este trabalho investiga, através de uma análise bibliométrica efetuada a duas bases de dados, a Scopus e a Web of Science (num total de, respetivamente, 90 e 16 artigos, publicados em jornais académicos, cujas datas de publicação vão desde 1987 a 2020), de que modo é que a Teoria da Sinalização está presente em estudos que versam a contabilidade, em especial, do setor público não lucrativo. A análise aos dados bibliométricos revelou, nomeadamente, que os estudos que aludem a esta teoria fazem-no, na maioria dos casos, para a realidade das entidades privadas, de forma articulada com outras teorias e não em termos isolados, e que o tópico, por excelência, que abordam diz respeito ao relato não financeiro voluntário, relacionado com matérias sociais e ambientais, sobretudo para atingir uma elevada reputação, transparência e accountability e aumentar o valor de mercado das entidades no caso da entidades lucrativas.

LRF, de “Salvadora” a “Questionada”: Regulação contábil em municípios do estado da Bahia no Brasil, a partir de evidências contábeis das despesas de pessoal entre os anos de 2015 e 2018

Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva

mvalesca.ufba@gmail.com

Ilka Gislayne de Melo Souza

ilkacarter@hotmail.com

Avívia Cairo de Meneses

avivia.cairo@hotmail.com

Palavras-chave

Aprovações de Contas; LRF, Instruções Camerais; TCM/BA

Resumo

Entre mudanças na relação Estado-Sociedade e as exigências de accountability (responsabilização) do sistema, surge na cena pública a Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, em 2000, para tentar trazer mais controle, transparência e planejamento na gestão da Res Pública. Todavia, por outro lado, essa Lei que abarca dispositivos com rigidez de limites de gastos, tem inviabilizado muitas aprovações de contas de municípios, os mais diversos. Na Bahia, tornou-se necessário flexibilizações a partir de Instruções Camerais (ICs) emitidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/BA). Essa pesquisa tem o objetivo de apontar quais as principais evidências contábeis praticadas pelos 10 municípios baianos da microrregião de Valença para se manterem no limite estabelecido pela LRF entre os anos de 2015 e 2018. Como aparato teórico, essa pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental e analítica aborda a importância da Teoria Tridimensional do Direito como um campo de regulação na contabilidade do setor público, particularmente dos entes municipais. Foram coletados os pareceres dos municípios estudado, no corte temporal, quais contas foram aprovados com ressalvas ou rejeitadas, se cumpriu o percentual de gasto com pessoal estabelecido na LRF, se houve Termo de Ocorrência, se houve questionamentos do percentual apurado pelo TCM/BA e suas ICs.. Os resultados mostraram que 90% dos municípios estudados tiveram suas contas aprovadas em diversos anos do corte temporal sem atingir o que está na LRF, mas tão somente devido às flexibilizações dessas instruções.

Public sector accounting education: A structured literature review

Sotirios Karatzimas

s.karatzimas@nup.ac.cy

Jens Heiling

jens.heiling@gmail.com

Caroline Aggestam-Pontoppidan

cap.acc@cbs.dk

Palavras-chave

Accounting Education; Government Accounting Education; Public Sector Accounting Education; Structured literature review

Resumo

In recent years, public sector accounting education (PSAE) has received once more increased scholarly attention. Whereas in the 1980s and 1990s researchers from the United States focused on PSAE, it can now be observed that scholars from different countries perform research in this area. The authors want to understand the origins of PSAE and how PSAE has developed over time including its current status. This working paper undertakes a structured literature review of PSAE. In a first step, the paper underlines the growing importance of the topic and it then analyses and structures research in PSAE. In a last step, it discusses and concludes on future research directions.

As decisões de gestão dos ativos ambientais para a neutralidade carbónica, com base no SNC-AP

Ricardo Pinheiro
ricapinheiro@gmail.com

Palavras-chave

Contabilidade verde; SNC-AP; emissões GEE; sequestro de carbono; património verde; ativos ambientais

Resumo

Há muito que o Antropoceno nos confrontou com uma realidade que nos torna atores centrais de uma sociedade cada vez mais poderosa, mas também cada vez mais doente (Debord, 2004). Na verdade, de uma sociedade agrícola e artesanal, dominada pela natureza, passamos para uma sociedade industrial e capitalista (Servigne & Stevens, 2020). Em todas as suas fases, a Revolução Industrial teve como pedra angular a energia e os recursos energéticos, hoje são os recursos que dependem da economia. Conscientes destas circunstâncias, os líderes mundiais, públicos e privados, passaram a colocar em todas as suas agendas de prioridades o combate às alterações climáticas e o desenvolvimento ambiental. Dado que o desenvolvimento sustentável passa, em primeiro lugar, por intervenções de investimento nos recursos, é fundamental que se proceda a uma inventariação dos ativos ambientais, para que se possa efetuar o planeamento da gestão deste património, de forma a uma utilização mais eficiente, eficaz, económica e sustentável. A estrutura dos ativos ambientais compreende as componentes individuais que podem fornecer recursos para uso na atividade económica. Geralmente, os recursos podem ser colhidos, extraídos ou transferidos para uso direto na produção económica, consumo ou acumulação. O sequestro de carbono é um importante serviço de regulação no ecossistema, com a retenção de dióxido de carbono da atmosfera. A mensuração do sequestro de carbono, seja da biomassa, das zonas húmidas ou dos solos, promove o fornecimento de informação, seja para o combate às alterações climáticas, no balanço com vista à neutralidade carbónica, como para a tomada de decisões, no que se refere ao uso ou preservação dos solos.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Augusta Ferreira

Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Carlos Santos

Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Conceição Tavares

Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Susana Jorge

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Álvaro Costa

Ordem dos Contabilistas Certificados

Filomena Moreira

Ordem dos Contabilistas Certificados

COMISSÃO CIENTÍFICA

Agnaldo Batista - Universidade de Petrolina, Brasil

Alberto Costa - Universidade de Aveiro, Portugal

Amélia Silva - Instituto Politécnico do Porto, Portugal

Ana Bela Teixeira - Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal

Ana Cunha - Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal

Ana Fialho - Universidade de Évora, Portugal

Ana Isabel Morais - Universidade de Lisboa, Portugal

Ana Maria Bandeira - Instituto Politécnico do Porto, Portugal

André Aquino - Universidade de São Paulo, Brasil

Anne Stafford - Universidade de Manchester, Reino Unido

António Dias - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Anunciação Bastos - Universidade de Aveiro, Portugal

Augusta Ferreira - Universidade de Aveiro, Portugal

Bernardino Benito - Universidade de Múrcia, Espanha

Carla Carvalho - Universidade de Aveiro, Portugal

Carlos Menezes - Universidade do Minho, Portugal

Carlos Quelhas - Instituto Politécnico do Porto, Portugal

Carlos Santos - Universidade de Aveiro, Portugal
Catarina Kaizeler - Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
Cecília Carmo - Universidade de Aveiro, Portugal
Cidália Lopes - Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal
Conceição Tavares - Universidade de Aveiro, Portugal
Cristina Góis - Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal
Delfina Gomes - Universidade do Minho, Portugal
Fábio Magalhães - Universidade de Petrolina, Brasil
Fátima David - Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Filomena Brás - Universidade do Minho, Portugal
Francesca Manes Rossi - Universidade de Salerno - Itália
Francisco Carreira - Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal
Giuseppe Grossi - Universidade de Kristianstad, Suécia
Graça Azevedo - Universidade de Aveiro, Portugal
Helena Inácio - Universidade de Aveiro, Portugal
Isabel Brusca - Universidade de Zaragoza, Espanha
Isabel Lourenço - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal
José Matias Pereira - Universidade de Brasília, Brasil
Josette Caruana - Universidade de Malta, Malta
Leonor Fernandes Ferreira - Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Lídia Oliveira - Universidade do Minho, Portugal
Liliana Pereira - Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Lúcia Lima Rodrigues - Universidade do Minho, Portugal
Luís Lima Santos - Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Maria Antónia Jesus - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal
Maria da Conceição Marques - Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal
Maria do Céu Alves - Universidade da Beira Interior, Portugal
Maria José Fernandes - Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Marta Guerreiro - Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal
Miklos Vasarhelyi - Universidade de Rutgers, EUA
Nuno Teixeira - Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal
Patrícia Gomes - Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Patrícia Quesado - Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Patrícia Varela - Universidade de São Paulo, Brasil
Paula Santos - Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal

Paulo Santos - Universidade de Brasília, Brasil
Pedro Anunciação - Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal
Pedro Pardal - Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal
Ricardo Azevedo - Universidade de Uberlândia, Brasil
Rui Almeida - Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
Rui Marques - Universidade de Aveiro, Portugal
Rui Robalo - Instituto Politécnico de Santarém, Portugal
Rui Silva - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Rute Abreu - Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Sandra Alves - Universidade de Aveiro, Portugal
Sandra Cohen - Universidade de Atenas, Grécia
Santana Fernandes - Universidade do Algarve, Portugal
Sara Serra - Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Sérgio Pontes - Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal
Sónia Monteiro - Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Sónia Nogueira - Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Susana Jorge - Universidade de Coimbra, Portugal
Susana Rua - Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Teresa Eugénio - Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Tjerk Budding - Universidade de Amsterdam, Holanda
Verónica Ribeiro - Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal
Vicente Montesinos - Universidade de Valência, Espanha



isca

universidade
de aveiro



25
anos
de
profissão